



Quando em vez de um bom começo há uma falsa partida...

- uma abordagem do risco -

Maria Raúl Lobo Xavier*

Maria Elisa Veiga Ferreira*

Quando falamos de crianças em risco...

Desde o momento da concepção o indivíduo está potencialmente em risco ou efectivamente em risco quanto a uma série de situações.

Inicialmente a noção de risco foi quase exclusivamente usada na Pedriatria, integrando aquilo a que chamamos os factores de risco biológico. A utilização da noção de risco foi depois sendo alargada a outros âmbitos de estudo, fazendo referência a outros tipos de factores, como os psicológicos, sócio-culturais, psiquiátricos, etc. Assim, diferentes abordagens têm sido feitas implicando a não univocidade da noção de risco e o seu modo de avaliação.

Falar de risco implica, na nossa perspectiva, falar do desenvolvimento e de adaptação, e, hoje em dia, do interesse determinante na acção preventiva. Tal implica a identificação o mais precoce possível do risco potencial e a intervenção, em ordem a evitar as situações futuras mais negativas.

Desenvolvimento infantil e risco de desenvolvimento

Falar de risco de desenvolvimento implica considerar que o bem estar da criança é posto em causa tendo em conta factores adversos de ordem biológica e/ou ambiental que podem interferir no decurso do desenvolvimento antes ou depois do nascimento. Os seus efeitos podem ser globais ou circunscritos a determinada área de funcionamento, com impacto mínimo ou severo e de curta ou longa duração.

O risco desenvolvimental tem sido estudado desde há bastante tempo, mesmo antes da terminologia que estamos a utilizar ter sido adoptada de modo formal. Poderemos então considerar como estudos sobre risco as observações de uma criança acéfala datadas de 1884 ou os trabalhos sobre crianças prematuras realizadas nos anos 20, citados por Kopp e Krakow (1983).

Até aos anos 60 e 70 os maiores contributos nesta área vieram, não dos estudiosos do desenvolvimento, mas sim de campos como a pediatria, a psiquiatria e da saúde pública.

* Docentes da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Arnold Gesell é um dos nomes mais conhecidos dos anos 20, com os seus trabalhos sobre competências de crianças com desenvolvimento normal, crianças com Síndrome de Down e crianças nascidas prematuramente. Apesar das críticas às suas afirmações rígidas e generalizantes sobre as crianças de cada faixa etária, a ideia que defendeu da existência de níveis sequenciais de desenvolvimento mantém a sua importância nos estudos de psicologia do desenvolvimento. O desenvolvimento era então visto como pré-determinado, dependente da maturação e quase desligado das influências do meio ambiente. A esta teoria está associada um tipo de causalidade linear baseando o prognóstico do desenvolvimento nas aquisições feitas ao atingir determinados estádios/fases de desenvolvimento.

A Segunda Guerra Mundial, com todas as suas consequências, provocou também alterações nos estudos sobre crianças que abordam o risco biológico ou as privações ambientais, nomeadamente quanto ao papel da mãe. A maioria destas ideias tiveram origem na Europa, com o movimento psicanalítico, associado ao grande interesse sobre temas como privação precoce, a importância da mãe, interacção com o prestador de cuidados em crianças com desenvolvimento normal ou em risco, o "attachement", etc. Rene Spitz, por exemplo, é um dos autores a ter em conta na abordagem dos contributos sobre risco desenvolvimental. A sua abordagem inovadora dando ênfase à mãe e ao ambiente nos primeiros tempos de vida, conduziu, nos anos 70, à abordagem do tema da prestação de cuidados e da sua implicação no desenvolvimento. John Bowlby, também ele estudante de psicanálise, fez, nos anos 30 e 40, uma série de estudos que apontam para a importância da satisfação na relação com a mãe ou mãe substituta como ingrediente essencial para a saúde mental da criança. A teoria da vinculação desenvolveu-se então com a participação de outros colegas como James Robertson ou Mary Ainsworth. A importância que, nos seus estudos originais, Bowlby atribuiu ao risco ambiental foi o ponto de partida para a abordagem da prestação de cuidados segundo novas ideias e paradigmas.

Nos anos 40 e 50 vários artigos surgiram apontando a associação entre complicações da gravidez e problemas desenvolvimentais e neurológicos. O *continuum da morbidade reprodutiva* ou *risco reprodutivo* (Pasamanick e Knobloch, 1973) traduzia a relação entre complicações maternas na gravidez, stress perinatal e problemas infantis, e levou ao interesse pelo estudo da mulher e da gravidez. Na ausência de bases genéticas claramente identificáveis ou malformações em muitas crianças com alterações sensoriais ou comportamentais, o modelo médico seria uma importante ajuda para entender a situação. Segundo esta perspectiva, a existência de uma alteração pressupunha pois um factor etiológico claro, preferencialmente de ordem biológica.

Este paradigma influenciou também a forma como se definiu, por exemplo, a deficiência mental, com implicações várias de carácter social e educativo (Ramey e Finkelstein, 1981).

Foi também nos anos 50 que Frances K. Graham iniciou os seus estudos longitudinais de crianças que sofreram anoxia neonatal. Estes estudos rigorosos e precisos mostraram que as consequências adversas de um acontecimento de risco neonatal são muitas vezes atenuadas dos primeiros tempos de vida para a idade escolar. Tal como este, outros trabalhos ajudaram a pôr em causa a abordagem anterior que dominou até aos anos 50, divulgando casos, por exemplo, de crianças portadoras de deficiências sensoriais ou outras condições incapacitantes graves que, embora não seguindo as etapas consideradas no desenvolvimento, se tornaram adultos autónomos. É assim evidente que não é possível explicar alterações do desenvolvimento através de relações simplistas do tipo causa-efeito.

A aceitação cada vez maior do behaviorismo, defendendo que, quando na ausência de lesões cerebrais significativas, as alterações do desenvolvimento estavam relacionadas com variáveis do meio ambiente, tinha a ver com a previsão e controlo dos comportamentos, considerados como variáveis dependentes, enquanto os factores do meio eram vistos como variáveis independentes influenciando o funcionamento psicológico. Provavelmente, o nome mais conhecido na defesa desta posição é o do behaviorista John B. Watson, que defendia que as pessoas não nasciam com características pré-determinadas.

Foi com Piaget e a sua revolução cognitiva nos anos 50 e 60 que as barreiras entre os domínios dos factores de ordem biológica e social começaram a cair. A Psicologia do Desenvolvimento vê então no processo de desenvolvimento a marca do biológico e do psicológico.

Os anos 70 apresentam um grande aumento de pesquisa sobre desenvolvimento em áreas como a avaliação do recém-nascido, avaliação do funcionamento sensorio-motor à luz da teoria de Piaget, pesquisa sobre "attatchement" e "bonding" ou estudos sobre processamento auditivo e visual. De forma a documentar a variedade do problema do funcionamento, os investigadores interessaram-se igualmente pelos processos envolvidos.

Sameroff e Chandler apresentaram em 1975 a noção de *Contínuo de Acidentes de Socialização*. Num dos extremos do contínuo consideram-se os ambientes apoiantes, compensatórios e normalizadores que parecem ser capazes de eliminar os efeitos das condições negativas anteriores; no outro extremo encontram-se os cuidados prestados pelos pais ou outros, carenciados ou emocionalmente alterados e com baixo nível educacional, que tendem a tornar mais notórias as dificuldades precoces.

Os resultados do estudo longitudinal Kawai (1955) que envolveu 670 crianças classificadas segundo a severidade das complicações peri-natais demonstra que estas "estão consistentemente relacionadas com o desenvolvimento físico e psicológico futuro apenas quando combinadas com circunstâncias ambientais persistentemente pobres" (Sameroff, 1975). Estes estudos parecem demonstrar que o continuum de morbilidade reprodutiva tem pouco suporte e simultaneamente apontam para a importância das

características do ambiente no qual a criança se desenvolve.

O crescente interesse no estudo das variáveis ambientais e seus resultados no desenvolvimento da criança está patente em numerosos trabalhos realizados nesta época. Orientando-se pelo desenvolvimento em contexto, iniciam-se assim os trabalhos que se interessam pela comparação de indivíduos que vivem em diferentes condições ambientais (como o Modelo de Morada Social), como por exemplo a localização geográfica da residência da criança em meio rural vs. meio urbano, frequência ou não de programas pré-escolares, etc. Para Bronfenbrenner e Crouter (1983) estes trabalhos apresentam determinadas características: é um modelo centrado na criança, pois só é estudado o seu comportamento, e é unidireccional, ou seja, a criança é vista como um recipiente passivo, sendo influenciada pelo ambiente, mas não se tem em consideração as estruturas nem os processos pelos quais o ambiente afecta o desenvolvimento.

Uma das perspectivas mais importantes a ter em conta é a perspectiva ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979) que chama a atenção para a interacção simultânea da criança com o envolvimento social imediato, e a inter-relação dos sistemas sociais no envolvimento social da criança. O envolvimento ecológico é descrito em termos de microsistema (contextos de actividades experienciados por um indivíduo num dado contexto), mesossistemas (inter-relações entre dois ou mais contextos em que o indivíduo participa), exossistemas (um ou mais contextos que indirectamente afectam o indivíduo), e macrossistemas (sistemas de crenças e padrões institucionais da cultura que influenciam os outros). Assim, a experiência individual tem que ser compreendida em subsistemas (cenários) dentro de sistemas cada vez maiores.

Mais recentemente, o modelo transaccional do desenvolvimento de Sameroff e Fiese (1990) considera o desenvolvimento da criança como produto da interacção contínua, dinâmica e bi-direccional entre a criança e a experiência fornecida pela família e o contexto social em que está inserida, dando idêntico peso, quer aos efeitos produzidos pela criança, quer pelo meio envolvente. Ou seja, a própria criança modela e regula as experiências do meio envolvente, tal como este regula e modela as experiências da criança.

Risco biológico e risco ambiental

Assim, consideraríamos "em risco" as crianças que se encontram em perigo de apresentarem problemas no desenvolvimento. Estas crianças poderão não apresentar sinais de anormalidade, mas existirem factores biológicos ou ambientais, associados à sua história médica ou ao contexto familiar que aumenta a hipótese de problemas futuros.

Consideraríamos deste modo duas categorias principais de risco:

O risco biológico inclui aquelas crianças cuja história médica pessoal ou familiar integra condições biológicas que implicam uma grande probabilidade de problemas de

desenvolvimento. Desta ordem de factores fazem parte o baixo peso à nascença, problemas respiratórios do recém-nascido, hemorragias cerebrais e infecções (Brown e Brown, 1993). Existe uma grande variedade de factores de risco biológico que podem influenciar o desenvolvimento no momento da concepção ou durante o período pré, peri ou pós-natal. As consequências variam e dependem do tipo e do momento em que aconteceu a influência. Geralmente, quanto mais cedo, maior o efeito (Kopp, C, 1983).

Exceptuando as situações em que tenha havido lesão significativa no Sistema Nervoso Central, a maioria dos investigadores tem verificado que os factores biológicos isolados apenas têm um impacto limitado na criança, independentemente dos factores associados aos cuidados prestados (Brown e Brown, 1993).

O outro tipo de risco é o risco ambiental que inclui factores psicossociais e ambientais que possam interferir negativamente no desenvolvimento.

É de referir que nem sempre é possível distinguir estas duas formas de risco, pois muitas vezes acontece o acumular de mais de um factor - aquilo que Bairrão (1977) denominou de acúmulo de factores, ou, segundo Ramey e Finkelstein (1986), de coalescência biológico-social - que poderão servir entre si como agravantes ou atenuantes do problema. Um dado importante para a intervenção é o de que, como mostraram vários trabalhos (Sameroff e Chandler, 1975; Sameroff, 1975; Shonkoff, Hauser-Cram et al., 1992; Molfese, Holcomb e Helwig, 1994), quando o meio possibilita uma estrutura adequada à criança, e as condições do meio não são adversas, é possível que os défices de desenvolvimento sejam positivamente alterados.

Os dois tipos de risco, quando presentes de forma muito grave e interligada, conduzem muitas vezes a situações irreversíveis, caso não haja uma intervenção precoce adequada.

Investigadores têm mostrado que o risco é muito maior quando vários factores estão presentes e não são compensados por áreas positivas; no mesmo sentido, resultados indicam que é o número de factores e não o seu tipo que determinam a influência (Sameroff et al., 1993). Em crianças com problemas, estudos revelam que é muito mais importante o número de factores presentes que a presença de um só factor. Assim, a direcção do desenvolvimento das crianças em risco depende da interacção de factores, não do factor dominante (Marian Radke-Yarrow, Ernestine Brown, 1993).

Benn (1991) fez a revisão de 27 factores de risco de desenvolvimento, encontrando evidências de efeitos a curto prazo para factores isolados e efeitos a longo prazo quando da presença de múltiplos factores de risco. Considera ainda a categoria de "condições de risco estabelecidas" ou "elegibilidade presumida" integrando condições como o abuso, doença crónica ou infecciosa, problemas na vinculação e uso de substâncias ilícitas pelos pais quando daí resulta exposição tóxica da criança.

FACTORES DE RISCO BIOLÓGICO

- ▲ muito baixo peso à nascença (< 1,500g)
- ▲ asfixia
- ▲ doença física aguda / acidente
- ▲ consumo pré ou pós natal de álcool, tabaco, marijuana, etc.
- ▲ complicações perinatais severas
- ▲ pequeno para idade de gestação

FACTORES DE RISCO AMBIENTAL

- ▲ mãe adolescente
- ▲ família desalojada
- ▲ prestador de cuidados com doença crónica
- ▲ pais ou prestador de cuidados dependente de substâncias ilícitas ou álcool
- ▲ alterações na vinculação
- ▲ isolamento social, cultural ou físico

Evolução dos modelos teóricos e implicações nos modelos de intervenção

A evolução verificada nos paradigmas conceptuais já referidos reflectiu-se obviamente nas preocupações e oportunidades proporcionadas à criança em risco e muito particularmente à criança com risco já estabelecido, isto é com alterações no seu desenvolvimento.

Assim, é notório que até à primeira metade do séc. XX, mercê da influência de uma perspectiva maturacionista, não existia uma organização consistente de respostas educativas relativamente às crianças até aos seis anos. Esta postura tem implícita uma desvalorização da importância que qualquer tipo de intervenção pudesse ter na promoção do desenvolvimento destas crianças. A Psicologia do Desenvolvimento valorizava sobretudo o estudo do desenvolvimento do indivíduo, concretamente, a evolução dos processos mentais e psicológicos, pressupondo um percurso pré-estabelecido, ao longo de uma série de estádios.

Durante este período a concepção do desenvolvimento sofre determinada evolução, na medida em que o papel das variáveis ambientais começa a ser valorizado na análise e compreensão dos processos de desenvolvimento, constituindo estas um risco para o desenvolvimento da criança.

A influência desta perspectiva interaccionista está então na base das alterações que se verificam nos modelos de intervenção visando as crianças com necessidades educativas especiais que, a partir de meados do século, começam a encontrar respostas educativas mais consistentes. Os programas de intervenção implementados procuram então reduzir a severidade do problema centrando-se nos défices da criança com o objectivo de ensinar competências específicas através de interacções planeadas, seleccionando materiais e experiências ambientais proporcionadas.

Neste enquadramento era atribuída alguma importância aos pais na medida em que também dependia da sua atitude a generalização e manutenção das aprendizagens. A família surge assim como um prolongamento desejável da atitude e postura dos técnicos, sendo fundamentalmente por estas razões, valorizado o seu papel na intervenção.

A importância atribuída às variáveis ambientais como constituindo um potencial factor de risco conduziu à emergência dos programas de educação compensatória nos anos 60.

1) O Projecto Head Start baseava-se então no pressuposto de que as experiências precoces têm um impacto crucial no desenvolvimento posterior da criança e apostam na influência que determinadas condições do meio intencionalmente planeadas podem trazer para o desenvolvimento da criança, compensando deste modo as lacunas de um meio socialmente desfavorecido "recheado" de factores de risco. Os programas Head Start constituem um marco importante na evolução do conceito de intervenção precoce incluindo já preocupações ao nível da prevenção. De facto, contrariamente ao que até aqui justificava a necessidade de uma intervenção precoce, ou seja, a condição de deficiência ou alterações no desenvolvimento (risco estabelecido), estes programas visavam prevenir ou reduzir potenciais alterações no desenvolvimento anulando ou reduzindo o impacto de factores de risco ambiental presentes no contexto social das crianças.

Embora com algumas preocupações relativamente às famílias das crianças (já que estas eram vistas como parte do problema), promovendo alguns deles o seu envolvimento e a sua educação, os programas Head Start estavam fundamentalmente centrados na criança e na sua compensação e raramente surgiram centrados na família ou na comunidade como agentes socializadores (Bairrão, 1992).

A contribuição determinante destes programas para a evolução do conceito de intervenção precoce e modelos conceptuais subjacentes reside, fundamentalmente, na reflexão estimulada pelos primeiros estudos que visavam avaliar a sua eficácia. A constatação da fragilidade do impacto destes programas no desenvolvimento futuro das crianças envolvidas, alertou os investigadores para a complexidade da dinâmica das variáveis presentes e sua influência no processo de desenvolvimento da criança.

Paralelamente, as investigações conduzidas por autores tais como Sameroff e Brofenbrenner nomeadamente na década de 70, apontavam para a natureza transaccional da relação entre a criança e os seus contextos de desenvolvimento e simultaneamente alertavam para a importância de variáveis que, não estando presentes nos contextos mais imediatos, têm uma influência indirecta nos processos de desenvolvimento.

Isto significa que a análise dos processos de desenvolvimento não pode limitar-se à consideração das variáveis do indivíduo e do meio e à sua interacção enquanto entidades separadas. A perspectiva transaccional/ecológica do desenvolvimento salienta a natureza mútua e recíproca desta influência, resultando o desenvolvimento de interacções e transacções complexas entre a criança e o ambiente ao longo do tempo.

Este enquadramento conceptual trouxe igualmente implicações para os modelos de intervenção, pressupondo nomeadamente o redimensionamento dos objectivos dos programas de intervenção precoce preconizados para a década de 90. Assim, por um lado esta evolução conceptual salienta a importância dos contextos de vida da criança, e muito especialmente o contexto familiar, nas suas diversas dimensões. Por outro lado, a valorização da importância deste contexto familiar pressupõe igualmente a análise de outros contextos mais abrangentes cujas características têm igualmente sobre ele uma

influência indirecta.

Referimo-nos naturalmente ao modelo ecológico que conceptualiza uma hierarquia de sistemas progressivamente mais abrangentes e entende que o estudo do desenvolvimento humano "implica o estudo da acomodação progressiva e mútua entre um ser humano activo em crescimento e as propriedades em mudança dos cenários imediatos que envolvem a pessoa em desenvolvimento na medida em que esse percurso é afectado pelas relações entre os cenários e os contextos mais vastos em que estes cenários estão inscritos" (Bronfenbrenner, 1977, 1979).

A investigação realizada na década de 80 salienta a especificidade da dinâmica das famílias com crianças com problemas de desenvolvimento que resultam fundamentalmente do impacto que uma criança com determinadas características provoca neste sistema familiar. Este impacto vai reflectir-se num elevado grau de "stress" que é experimentado por estas famílias, influenciando os padrões de interacção, os estilos parentais, o funcionamento da família, sua condição de vida (Gallager, 1990). Este ambiente social que resulta da influência recíproca destas variáveis constitui o contexto de desenvolvimento da criança ao longo do ciclo de vida. Nesta dinâmica interferem ainda variáveis situadas em contextos mais abrangentes que interferem igualmente nesta complexidade de influências.

Assim, os programas de intervenção precoce (P.I.P.) preconizados na década de 90 salientam a pertinência de uma intervenção centrada na família que promova nos pais uma melhor compreensão das dificuldades da criança, produza mudanças no estilo interactivo, fortaleça as suas competências e potencie a sua autonomia, permitindo uma melhor leitura das suas necessidades e recursos, garantindo um funcionamento familiar mais adaptado, melhorando a qualidade de vida de todos os elementos da família. Tal garantirá, a longo prazo, melhores condições de desenvolvimento de todos os seus membros.

Este novo enquadramento conceptual apresenta ainda um importante desafio colocado aos programas de intervenção precoce, nomeadamente na definição de critérios de risco e na identificação de crianças elegíveis para os P.I.P. De facto, uma vez que variáveis isoladas não oferecem garantias no prognóstico do desenvolvimento da criança um importante desafio é lançado aos P.I.P. na identificação de factores que potencialmente podem comprometer o desenvolvimento futuro.

Bibliografia

- Altman, J. Rogoff, B. (1987). World views in psychology: trait, interactional, organismic and transactional. In D. Stokols, J. Altman (Eds.). *Handbook of Environmental Psychology*. Vol I, New York: John Wiley and Sons
- Bairrão, J. (1992) A perspectiva ecológica em Psicologia da Educação. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 57-68

- Bairrão, J. (1992) A perspectiva ecológica na avaliação de crianças com necessidades educativas especiais e suas famílias. O caso da intervenção precoce. *Inovação*
- Benn, R. (1991), A state wide definition of eligibility under Pl. 99 457, Part II. A final research report. Detroit: Merrill Palmer Institute.
- Bronfenbrenner, U, Crouter, A.C. (1983). The evolution of environmental models in developmental research. In W. Kessen (Ed.), *History, theory and methods*, Vol. 1 of P.H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology*, 357-414. New York: Wiley
- Bronfenbrenner, U. (1979) *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press
- Brown, W., Brown, C. (1993). Defining eligibility for early intervention. In S.K. Thurman e L. Pearl (Eds.), *Family-centered early intervention with infants and toddlers: innovative cross-disciplinary approaches*. Baltimore: Paul Brooks.
- Gallager, (1990) The family as a focus for intervention. In S.J. Meisels, J.P. Shonkoff (Eds) *Handbook of Childhood Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press
- Garbarino, (1990) The human ecology of early risk. In S.J. Meisels, J.P. Shonkoff (Eds) *Handbook of Childhood Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press
- Kopp, C.B. (1983). Risk factors in development. In M. M. Haith, J.J. Campos (Eds.), *Infancy and developmental psychobiology*, Vol. 2 of P.H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology*, 1081-1188. New York: Wiley
- Kopp, C.B., Kralow, J.B. (1983). The developmentalist and the study of biological risk: A view of the past with an eye toward the future. *Child Development*, 54, 1086-1108
- Molfese, V.J., Holcomb, L., Helwig, S. (1994). Biomedical and social-environment influences on cognitive and verbal abilities in children 1 to 3 years of age. *International Journal of behavioral development*, 2, 271-287
- Pasamanick, B., Knobloch, H. (1973) The epidemiology of reproductive casualty. In S.G. Sapor, A.C. Nitzburg (Eds.). *Children with learning problems: Readings in developmental -interaction approaches*. New York: Brunner Mazal Publishers
- Radke-Yarrow, M., Brown, E. (1993), resilience and vulnerability in children of multiple-risk families, *Development and Psychopathology*, 5, 581-592
- Ramey, C.T., Finkelstein, N.W. (1981). Psychosocial mental-retardation: A biological and social coalescence. In M.J. Begad, H.C. Haywood, H.L. Garber (Eds.). *Psychosocial influences in retarded performance*, 1, 65-92. Baltimore: University Park Press.
- Sameroff (1975). Early influences on development: Fact or fancy?, *Merrill-Palmer Quarterly*, 21, 267-294
- Sameroff, A.J., Chandler, M.J. (1975). Reproductive risk and the continuum of caretaking casualty. In F. D. Horowitz (Ed.) *Review of child development research*, 187-244. Chicago: University of Chicago Press
- Sameroff, A.J., Fiese, B.H. (1990). Transactional regulation and early intervention. In S. J. Meisels, J.P. Shonkoff (Eds.) *Handbook of early childhood intervention*. Cambridge: Cambridge University Press
- Sameroff, A.J., Seifer, R., Baldwin, A., Baldwin, C., (1993). Stability of intelligence from preschool to adolescence: the influence of social and family risk factors, *Child Development*, 64, 80-97
- Shonkoff, J.P., Hausar-Cram et al (1992). Development of infants with disabilities and their families. *Monographs of the society of research in child development*, 57,6
- Shonkoff, J.P., Meisels, S.J. (1990) *Early Childhood Intervention. The evolution of a concept*. In S. J. Meisels, J.P. Shonkoff (Eds.) *Handbook of early childhood intervention*. Cambridge: Cambridge University Press